

SBPC conclui reunião e agora reivindica mudanças

Angela Rahde

Depois de sete dias de debates na Universidade de Brasília, que registraram o número recorde de 12 mil participantes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) envia, no início da semana, um documento à Assembléia Constituinte com as reivindicações tiradas na 39ª reunião. Educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, território nacional e povos indígenas formam a multifacetada preocupação da SBPC. Além disso, a tão discutida — e temida — questão da energia nuclear chegará na Constituinte através de uma emenda popular com 80 mil assinaturas, pedindo o veto à fabricação de armamentos.

A presidente da SBPC, Carolina Bori, professora de Psicologia Instrumental da Universidade de São Paulo (USP), considerou fundamental o fato da reunião da entidade ter sido realizada em Brasília, tornando possível a pressão direta sobre os constituintes. "Nunca a SBPC esteve tão próxima dos poderes decisórios. Esperamos que

a nova Constituição reflita as necessidades do país."

Na questão da educação, a Sociedade pede "verbas públicas para a escola pública". Em saúde e meio ambiente, a solicitação é de que o Estado se responsabilize, respectivamente, pelo fornecimento dos recursos e pela preservação. A SBPC deseja que a Carta que está sendo elaborada pelos constituintes declare o território nacional como "patrimônio da população e base da cidadania".

"Queremos ainda que as áreas de ciência e tecnologia estejam garantidas na Constituição a partir de uma declaração explícita de que o Estado deve promover o seu desenvolvimento, através do apoio à pesquisa básica e tecnológica em todo o país. Não é mais possível ignorar que a ciência e tecnologia são fundamentais no crescimento econômico e social!" Carolina explica também que a SBPC espera mais proteção para os povos indígenas a partir da inclusão na Carta Magna da afirmação de que "o Brasil é uma sociedade pluriétnica".